



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS**

CONTRATO Nº 321/CAE-PAMBRJ/2020



AQUISIÇÃO DE ALVO AÉREO E SEUS ACESSÓRIOS

EMPRESA EQUIPAER INDÚSTRIA AERONÁUTICA LTDA.

PAG 67106.003475/2020-01

Sumário

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO	4
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA	4
3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO	4
4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO	5
6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE	5
7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO	5
8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO	5
9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO	5
10. CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	5
11. CLÁUSULA ONZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	5
12. CLÁUSULA DOZE – RESCISÃO	5
13. CLÁUSULA TREZE – VEDAÇÕES E PERMISSÕES	6
14. CLÁUSULA QUATORZE – ALTERAÇÕES	6
15. CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS	6
16. CLÁUSULA DEZESSEIS – CONFORMIDADE COM AS LEIS	6
17. CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO	7
18. CLÁUSULA DEZOITO – ANEXOS	7
19. CLÁUSULA DEZENOVE – FORO	7



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

CONTRATO Nº 321/CAE-PAMBRJ/2020

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 321/CAE-PAMBRJ/2020, QUE FAZEM ENTRE SI O PARQUE DE BÉLICO DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO – PAMB-RJ E A EMPRESA EQUIPAER INDUSTRIA AERONÁUTICA LTDA.

A União, por intermédio do **PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO (PAMB-RJ)**, com sede na Estrada do Galeão, 4.700, Ilha do Governador, Rio de Janeiro-RJ, CEP 21941-352, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.429/0068-18, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, ALEX MENDES LIMA Cel Av, nomeado pela Portaria nº 1647/GC1, de 19 de setembro de 2019, publicada no DOU de 20 de setembro de 2019, inscrito no CPF nº 033.848.917-75, portador da Carteira de Identidade nº 460764, doravante denominada CONTRATANTE, e a **EQUIPAER INDUSTRIA AERONÁUTICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.366.991/0001-12, sediada na Estrada Municipal Nelson Tavares da Silva, nº 3.205, bairro Bom Retiro, CEP 12.226-205, São José dos Campos – SP, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Alessandra Batista Stefani, portadora da Carteira de Identidade nº 21.483.945-X, e CPF nº 135.817.638-85, tendo em vista o que consta no Processo nº 67106.003475/2020-01 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Inexigibilidade nº 070/CAE/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de alvo aéreo e seus acessórios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no **Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao **Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020** e à proposta, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ALVO AÉREO C/TELA BRANCA DE 10,00X1,90M	UN	112	R\$ 15.775,80	R\$ 1.766.889,60
2	ALVO AÉREO DE 10,00 X 1,83M	UN	29	R\$ 12.810,37	R\$ 371.500,73
3	CABO REBOQUE – ROLO 300M	UN	33	R\$ 12.188,47	R\$ 402.219,51
4	CABO REBOQUE – ROLO 500M	UN	43	R\$ 14.775,59	R\$ 635.350,37
5	CAPSULA DE DESENGATE	UN	950	R\$ 767,37	R\$ 729.001,50
6	CARTUCHO EJETOR P/ALVO AÉREO	UN	1740	R\$ 1.010,81	R\$ 1.758.809,40
7	MASTRO DE FIBRA	UN	50	R\$ 7.706,78	R\$ 385.339,00
8	TUBO DE ARMAÇÃO E EQUILIBRIO	UN	30	R\$ 1.869,40	R\$ 56.082,00
9	PINO DE CISALHAMENTO	UN	972	R\$ 34,85	R\$ 33.874,20
VALOR TOTAL					R\$ 6.139.066,31

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **15 (quinze) meses**, conforme **item 1.2 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**, com início na data de **29/12/2020** e encerramento em **29/03/2022**, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. O prazo de entrega é de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados da assinatura do contrato, conforme **item 4.1 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 6.139.066,31 (Seis milhões cento e trinta e nove mil sessenta e seis reais e trinta e um centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/120038

Fonte: 0280120320

Programa de Trabalho: 05151601221A00001

Elemento de Despesa: 339030

PI: A0001690200

Nota de Empenho: 2020NE812852

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no **Item 10 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no **Item 11 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no **Item 12 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas nos **Item 4 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no **Item 9 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos **Itens 5 e 6 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA ONZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no **Item 17 do Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020**, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DOZE – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA TREZE – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA QUATORZE – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA QUINZE - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – CONFORMIDADE COM AS LEIS

16.1. As Partes declaram que tem conhecimento e cumpriram e continuarão a cumprir a Lei nº 12.846/2013 - sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, todas as leis, decretos, regulamentos e regras internas que sejam aplicáveis a qualquer uma das Partes com relação às obrigações e atividades estabelecidas neste Contrato.

16.2. Além disso, cada Parte declara que, em relação a este Contrato, não ofereceu, prometeu ou autorizou, nem oferecerá, fará, autorizará ou prometerá, direta ou indiretamente, qualquer pagamento impróprio ou corrupto (ou de outra forma, de forma corrupta ou imprópria, fornecer algo

de valor) a qualquer pessoa, incluindo terceiros. Isso inclui oferecer, fazer, prometer ou autorizar qualquer benefício ou vantagem, direta ou indiretamente, a qualquer funcionário, executivo, representante, agente ou representante da outra Parte, a qualquer cliente real ou potencial de qualquer das Partes.

16.3. Cada Parte concorda em fazer e manter registros precisos e razoavelmente detalhados sobre seu desempenho e pagamentos feitos em relação a este Contrato. Cada Parte elaborará e manterá um sistema de controles contábeis internos suficientes para atender aos requisitos contábeis e satisfazer as leis do país onde está incorporado.

16.4. Cada Parte informará a outra Parte, na medida permitida pelas leis aplicáveis, de qualquer situação da qual tenha conhecimento que possa resultar em violação desta cláusula de Conformidade com as Leis.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DEZOITO – ANEXOS

18.1. Projeto Básico nº 002/TTEC-TGOM/2020;

18.2. Proposta da Contratada;

19. CLÁUSULA DEZENOVE – FORO

19.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

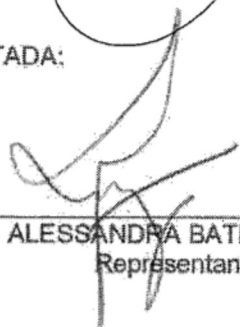
Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2020.

Responsável legal da CONTRATANTE:



CEL AV ALEX MENDES LIMA
Ordenador de Despesas

Responsável legal da CONTRATADA:



ALESSANDRA STEFANI
CPF: 135.817.638-85

ALESSANDRA BATISTA STEFANI
Representante legal

TESTEMUNHAS:



FABIO AUGUSTUS SOUZA BARBOSA CEL AV R/1
Agente de Controle Interno



ALEX SANDRO APARECIDO SANTANA 2T QOEARM
Fiscal do Contrato



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Contrato 321/CAE-PAMB-RJ/2020
Data/Hora de Criação:	30/12/2020 21:52:42
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	b7eac19faeb8c1f3f58ebe54308a2d3a
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ALEX SANDRO APARECIDO SANTANA no dia 07/01/2021 às 15:14:21 no horário oficial de Brasília.